



COPEL

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

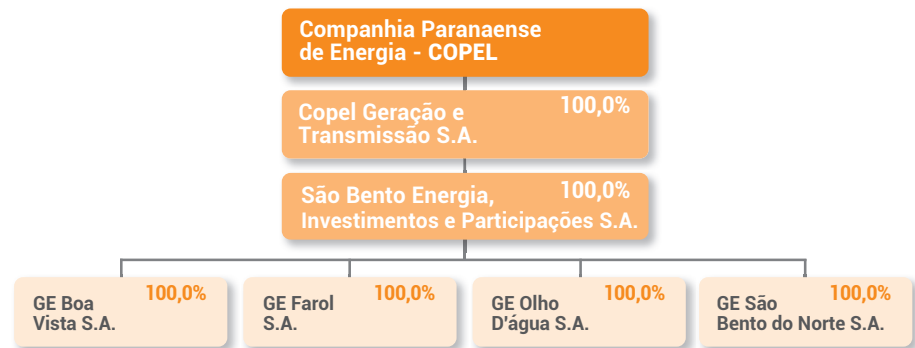
Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A. • CNPJ 13.985.420/0001-16

À Acionista

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A Companhia

A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPes GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.



As quatro SPes do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão da Aneel nº 07/2010.

A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	5,2	35,31	300,40	25.02.2015	28.04.2046
Farol	20,0	8,8	63,10	291,70	25.02.2015	20.04.2046
Olho d'Água	30,0	12,8	101,10	291,70	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	94,90	291,70	25.02.2015	19.05.2046
Total das Eólicas	94,0	38,1	294,4			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.
(2) Preço atualizado até dezembro/2023.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	506.887	508.364	(0,3)
Caixa e equivalentes de caixa	127.367	80.005	59,2
Títulos e valores mobiliários	119.408	154.051	(22,5)
Dívida total	136.447	155.615	(12,3)
Dívida líquida	(110.328)	(78.441)	40,7
Receita operacional bruta	89.408	88.498	1,0
Deduções da receita	(11.877)	(12.417)	(4,3)
Receita operacional líquida (ROL)	77.531	76.081	1,9
Custos e despesas operacionais	(54.422)	(48.650)	11,9
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	23.109	27.431	(15,8)
Ebitda ou Lajida	40.469	44.633	(9,3)
Resultado financeiro	18.177	10.964	(65,8)
IRPJ/CSLL	(14.079)	(11.831)	19,0
Lucro operacional	41.286	38.395	7,5
Lucro líquido do exercício	27.207	26.564	2,4
Patrimônio líquido	250.633	248.815	0,7
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,5	0,9	66,7
Liquidez geral (índice)	1,0	1,0	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	52,2	58,7	(11,1)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	54,4	62,5	(13,0)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	53,3	50,5	5,5
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	35,1	34,9	0,6
Participação de capital de terceiros (%)	50,6	51,1	(1,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	10,9	11,6	(6,0)

(1) LL = (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos a acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Técnico

Adriano Fedalto

Diretor Administrativo-Financeiro

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.528	1.752	127.367	80.005
Clientes	5	-	-	14.202	9.252
Dividendos a receber	6	3.616	33.760	-	-
Outros créditos		148	148	543	3.571
Imposto de renda e contribuição social		721	259	2.392	2.375
Outros tributos a recuperar		-	-	-	7
Despesas antecipadas		7	7	1.873	1.362
		50.020	35.926	146.377	96.572
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	100.181	136.719	119.408	154.051
Depósitos judiciais		26	23	26	23
Outros créditos		-	-	45	-
Outros tributos a recuperar		-	-	19	9
		100.207	136.742	119.498	154.083
Investimentos	8	234.795	235.648	-	-
Imobilizado	9	-	-	241.012	257.709
		335.002	372.390	360.510	411.792
TOTAL DO ATIVO		385.022	408.316	506.887	508.364

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	2.673	2.676	387	388
Fornecedores	10	18	8	1.765	4.723
Imposto de renda e contribuição social		314	368	1.292	872
Outras obrigações fiscais		-	-	1.665	1.379
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	21.137	21.001
Dividendos a pagar	6	6.462	22.563	6.462	22.563
Outras contas a pagar	14	-	-	66.181	52.809
		9.467	25.615	98.889	103.735
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	124.085	133.408	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		356	37	3.635	360
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	115.310	134.614
Outras contas a pagar	14	-	-	37.939	20.398
Provisões para litígios	12	481	441	481	442
		124.922	133.886	157.365	155.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	173.622	173.622	173.622	173.622
Reserva legal	13.2	7.357	5.997	7.357	5.997
Reserva de retenção de lucros	13.2	50.269	50.269	50.269	50.269
Dividendo adicional proposto	13.3	19.385	18.927	19.385	18.927
		250.633	248.815	250.633	248.815
TOTAL DO PASSIVO		385.022	408.316	506.887	508.364

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		27.207	26.564	27.207	26.564
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		41	-	13.366	5.971
Imposto de renda e contribuição social	18	6.056	4.781	10.805	11.520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	319	12	3.274	311
Resultado da equivalência patrimonial	8	(15.226)	(17.492)	-	-
Depreciação	9	-	-	17.360	17.202
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	-	35	14	37
Resultado das baixas de imobilizado	9	-	-	-	1.165
		18.397	13.900	72.026	62.770
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(4.965)	(279)
Dividendos recebidos		46.222	2.273	-	-
Outros créditos		-	-	2.983	(202)
Imposto de renda e contribuição social		(462)	47	(17)	(1.603)
Outros tributos a recuperar		-	-	(3)	1.262
Despesas antecipadas		-	28	(511)	5
Partes relacionadas		-	(3)	-	203
Depósitos judiciais		(3)	(3)	(3)	(3)
		45.757	2.345	(2.516)	(617)
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		(9.326)	28.762	(1)	(173)
Fornecedores		10	(8)	(2.958)	1.139
Outras obrigações fiscais		-	-	286	680
Outras contas a pagar		-	(102)	30.913	24.565
		(9.316)	28.652	28.240	26.211
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		54.838	44.897	97.750	88.364
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.110)	(4.675)	(10.385)	(12.300)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(11.926)	(13.585)
Encargos de empréstimos concedidos a partes relacionadas recebidos		-	-	-	9.795
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		48.728	40.222	75.439	72.274
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		36.538	(33.918)	34.643	(36.312)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	-	59.500
Aquisições de imobilizado	9	-	-	(664)	(999)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		36.538	(33.918)	33.979	22.189
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(20.566)	(20.351)
Dividendos pagos		(41.490)	(6.781)	(41.490)	(6.781)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(41.490)	(6.781)	(62.056)	(27.132)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		43.776	(477)	47.362	67.331
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.752	2.229	80.005	12.674
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	45.528	1.752	127.367	80.005
VARIACÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		43.776	(477)	47.362	67.331

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela

1.1 Concessões e Autorizações

Usina eólica	Autorização	Vencimento
GE Boa Vista S.A.	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	28.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	19.05.2046

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em 11.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contêm informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NE nº 3.1 e 8 - Base de consolidação e investimentos: avaliação sobre a existência de controle;
- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas (NE nº 1.1).

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contêm informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nos 3.3 e 9 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.4 e 5 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidas;
- NEs nos 3.4 e 9 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nos 3.6 e 15 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não f



As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados como: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual o ativo financeiro não é transferido ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 49 para mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de

cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registradas em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis temporariamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

- A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:
- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
 - (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
 - (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
 - (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos, alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 5 - Instrumentos Financeiros, requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	3	40	6.414	6.051
Aplicações financeiras de liquidez imediata	45.525	1.712	120.953	73.954
	45.528	1.752	127.367	80.005

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas

referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 100,0% e 101,0% (entre 96,0% e 101,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	31.12.2023		31.12.2022	
Contratos regulados	9.556	4.369	1	13.926	8.878		
CCEE	291	-	-	291	374		
(-) Perdas de créditos esperadas	(15)	-	-	(15)	-		
	9.832	4.369	1	14.202	9.252		

Em 31.12.2023 o valor de Perdas de Créditos Esperadas é insignificante devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6. Partes relacionadas

O quadro abaixo apresenta os saldos da Controladora com suas partes relacionadas.

	Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Controladas		
GE Boa Vista S.A. - dividendos	202	725
GE Farol S.A. - dividendos	409	20.577
GE Olho D'Água S.A. - dividendos	1.227	9.475
GE São Bento do Norte S.A. - dividendos	1.778	2.983
	3.616	33.760
Passivo circulante		
Controlador		
Copel Geração e Transmissão - dividendos	6.462	22.563
Controlador (a)		
Copel Geração e Transmissão	2	-
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	377	377
GE Farol S.A.	148	148
GE Olho D'Água S.A.	223	223
GE São Bento do Norte S.A.	1.922	1.922
Entidade sob controle comum (a)		
Copel Distribuição S.A.	1	-
Cutia Empreendimentos Eólicos S. A.	-	6
	9.135	25.239
Passivo não circulante		
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	19.982	16.813
GE Farol S.A.	19.446	35.918
GE Olho D'Água S.A.	39.736	40.504
GE São Bento do Norte S.A.	44.921	40.173
	124.085	133.408

a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do Banco Nacio-

nal de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos de transações com partes relacionadas presentes no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício consolidados da Companhia:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da Operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores								
Copel GeT								
Dividendos	-	-	6.462	22.563	-	-	-	-
Mútuo (a)	-	-	-	-	-	7.868	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	286	286	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(81)	(72)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	21	21	-	-	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	81	81	-	-	-	-
FDA Geração de Energia S.A.								
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(4.196)	(3.512)
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais (NE nº 16)	-	-	-	-	-	-	(124)	(137)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(5)	(3)

a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A. (mutuantes) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor foi quitado em 28.11.2022.

b) A Companhia e suas controladas registraram gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

c) A Companhia e suas controladas não possuem planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

7. Títulos e Valores Mobiliários

As controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 14 a 42 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	100.181	136.719	118.895	153.588
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98,3% do CDI	-	-	513	463
	Não circulante	100.181	136.719	119.408	154.051

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE nº11) e os CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

8. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2023	Equivalência patrimonial	Deliberação dividendo adicional proposto	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2023
GE Boa Vista S.A.	25.336	1.397	(332)	26.401	849	(995)	(201)	26.054
GE Farol S.A.	49.794	4.244	(1.008)	53.030	1.719	(3.023)	(409)	51.317
GE Olho D'Água S.A.	87.241	5.872	(1.395)	91.718	5.164	(4.184)	(1.225)	91.473
GE São Bento do Norte S.A.	59.939	5.979	(1.421)	64.497	7.494	(4.261)	(1.779)	65.951
	222.310	17.492	(4.156)	235.646	15.226	(12.463)	(3.614)	234.795

9. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023		Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	357.189	(118.267)	238.922	357.189	(100.923)	256.266	
Edificações	447	(96)	351	447	(80)	367	



13.3 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	27.207	26.564
Reserva legal (5%)	(1.360)	(1.329)
	25.847	25.235
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	6.462	6.308
Dividendo adicional proposto (*)	19.385	18.927
	25.847	25.235
Valor do dividendo por ação	0,000149	0,000145

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuindo da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

13.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	27.207	26.564
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	173.621.468	173.621.468
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,15670	0,15300

14. Outras Contas a Pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Consolidado		
Provisão de não performance de geração de energia (19.2.4)	104.046	73.182
Outras contas a pagar	74	25
	104.120	73.207
Circulante	66.181	52.809
Não circulante	37.939	20.398

15. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	116.741	109.721
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.232	3.445
(-) Provisão para não performance de geração	(31.565)	(24.668)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(4.106)	(3.817)
(-) ICMS Substituição Tributária	(7.771)	(8.600)
	77.531	76.081

16. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2023	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022
Pessoal e administradores	(13)	-	(13)	(21)	-	(21)
Planos previdenciário e assistencial	(1)	-	(1)	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(201)	-	(201)	(125)	-	(125)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	-	-	(35)	(35)
Outras despesas operacionais	(209)	(1)	(210)	(120)	-	(120)
	(424)	(1)	(425)	(268)	(35)	(303)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2023	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(4.227)	-	-	-	(4.227)	(3.679)	-	-	-	(3.679)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.029)	-	-	-	(6.029)	(5.156)	-	-	-	(5.156)
Pessoal e administradores	-	-	(1.337)	-	(1.337)	-	-	(1.203)	-	(1.203)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(157)	-	(157)	-	-	(126)	-	(126)
Material	(112)	-	-	-	(112)	(102)	-	-	-	(102)
Serviços de terceiros	(15.971)	-	1.479	-	(14.492)	(12.902)	-	(2.008)	-	(14.910)
Depreciação e amortização	(17.360)	-	-	-	(17.360)	(17.202)	-	-	-	(17.202)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(14)	-	-	(14)	-	-	(2)	-	(35)
Arrendamento e alugueis	(3.119)	-	-	-	(3.119)	(2.427)	-	-	-	(2.427)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1.353)	-	(2.473)	(3.749)	(7.575)	(1.967)	-	(1.117)	(724)	(3.808)
	(48.171)	(14)	(2.488)	(3.749)	(54.422)	(43.435)	(2)	(4.454)	(759)	(48.650)

16.1.1 Compromissos estimados de arrendamentos e alugueis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos	1.717	6.784	21.483	29.984

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	18.795	14.112	30.423	17.423
Juros sobre mútuo (NE nº 6)	-	-	-	7.939
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	128	191
Acrescimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	44	15
Outras receitas financeiras	24	56	980	191
	18.819	14.168	31.575	25.759
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	11.858	13.565
Variação monetária litígios	39	-	39	-
Outras despesas financeiras	-	-	1.501	1.230
	39	-	13.398	14.795
Líquido	18.780	14.168	18.177	10.964

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Financeira	18.819	18.819	14.168	14.168
(-) Receita Financeira Provisionada	(937)	(937)	(35)	(35)
Base de cálculo Receita Financeira	17.882	17.882	14.133	14.133
(=) Base de cálculo	17.882	17.882	14.133	14.133
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	4.447	1.609	3.509	1.272
Receita Financeira Provisionada	937	937	35	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos	234	84	9	3

Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	116.338	116.338	109.721	109.721
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.233	4.233	3.445	3.445
ICMS Substituição tributária	(7.770)	(7.770)	(8.600)	(8.600)
Aliquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	9.024	13.537	8.365	12.549
Receita Financeira	31.575	31.575	25.687	25.687
(-) Receita Financeira Provisionada	(9.631)	(9.631)	(912)	(912)
Base de cálculo Receita Financeira	21.944	21.944	24.775	24.775
(=) Base de cálculo	30.968	35.481	33.140	37.324
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	7.612	3.193	8.161	3.359
Receita Financeira Provisionada	9.631	9.631	912	912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.407	867	229	82

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	127.367	127.367	80.005	80.005
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	119.408	119.408	154.051	154.051
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		14.202	14.202	9.252	9.252
Total dos ativos financeiros			260.977	260.977	243.308	243.308
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)			1.765	1.765	4.723	4.723
Empréstimos e financiamentos (c)	11		136.447	127.995	155.615	162.646
Total dos passivos financeiros			138.212	129.760	160.338	167.369

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + spread de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	127.367	80.005
Títulos e valores mobiliários (a)	119.408	154.051
Clientes (b)	14.202	9.252
	260.977	243.308

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibi-

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	1 a 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	11	2.289	5.388	23.889	109.778	33.751	175.095
Fornecedores	10	1.763	-	-	-	-	1.763
		4.052	5.388	23.889	109.778	33.751	176.858

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuem as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de

Consolidado	Risco	Base			Cenários projetados - dez.2023		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2		
Risco de taxa de juros e variações monetárias							
Ativos financeiros							
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	119.407	10.746	8.060	5.374		
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(136.448)	(8.773)	(10.967)	(13.161)		

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrimestral. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 14.

O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (constrained-off). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de constrained-off, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Consolidado	Apólice	Término da vigência	Importância segurada			
			GE Boa Vista S.A	GE Farol S.A	GE Olho D'Água	GE São Bento do Norte S.A
Seguro D&O (a)		28.03.2025	121.033	121.033	121.033	121.033
Riscos Operacionais		25.08.2024	83.873	129.006	186.719	184.530
Responsabilidade Civil Geral		28.03.2025	30.000	30.000	30.000	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte		13.09.2026	10.361	10.419	14.317	18.937
Garantia de Pagamento - CHESF		18.11.2024	-	-	202	